Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - 2010, Vol. 44, Num. 1 pp. 110-119

Auto-Representação e Decisão Moral

Edson Alves de Souza Filho[1]
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Herbert D. Saltzstein
City University of New York, USA
Anderson Scardua
Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Resumo

Estudamos as relações entre auto-representação e decisão moral. Trabalhamos com as formulações sobre auto-representação a partir de abordagem psicossocial. Estudantes secundaristas do Rio de Janeiro participaram desta pesquisa. Eles responderam sobre dois dilemas morais de acusação de "cola" numa prova e de mentira aos colegas. Solicitamos aos participantes tomar a decisão de manter a promessa a um amigo (MP) (que havia colado ou mentido) ou contar a verdade (CV) a professor/colegas. Ademais, perguntamos sobre: *quem é você?Apresente-se como quiser.* Encontramos padrões de auto-representação diferentes, sobretudo em relação à situação de decisão moral com colegas. CV esteve associado à identidade de grupo, valor moral, categoria coletiva, enquanto MP à relação interpessoal positiva e categoria coletiva. Constatamos associação entre CV e identificação evangélica e identificação étnica não-branca. Os resultados foram discutidos como auto-representações que buscam fortalecer/enfraquecer autonomia, diferenciação e delimitação de fronteiras interindividuais e intergrupais.
Palavras-chave: Auto-representação; Decisão moral; Identificação étnica; Identificação religiosa; Relações intergrupais.

Self-Representations and Moral Decision

Abstract

We examined the relationships between self-representations and moral decision. We worked with the formulations about self-representations according to psychosocial approach. Secondary students in Rio de Janeiro took part in this research. They answered about two moral dilemmas of accusation of cheating on a test school and teasing a colleague. In addition, they were asked the question: *who are you? Could you introduce yourself?* They were asked to make a decision whether to keep promise (KP) to a friend (who cheated or lied) or to tell the truth (TT) to teacher/colleagues. We found different self-representation patterns, mainly to the moral decision with colleagues. TT was associated to group identity, moral value, collective category, meanwhile KP to positive interpersonal relation and collective category. Furthermore, we found association between TT and Evangelical identication and non-White ethnic identification. The results were discussed as self-representations which strengthen/weaken autonomy, differentiation and delimitation of interindividual and intergroup boundaries.
Keywords: Self-representations; Moral decision; Ethnic identification; Religious identification; Intergroup relations.

O conceito de "representação do eu" foi proposto por Goffman (1985) para tratar de uma tendência social de viver como num teatro, no sentido de "representar papéis, seguir scripts, preparar seus desempenhos em função da audiência e mudar seu comportamento nos bastidores" (Baumeister, 1999, p. 177). Segundo o estudo mencionado, as clivagens entre público e privado nas representações do eu tenderiam a favorecer as normas sociais, valores e culturas, com variações e especificidades.

[1] Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22290-240. *E-mail*: edsouzafilho@gmail.com
Os autores agradecem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de uma bolsa de produtividade em pesquisa recebida pelo primeiro autor; ao financiamento do CNPq de viagem científica ao Brasil do segundo autor em 2007, dentro de um programa de trocas acadêmicas entre os Programas de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Department of Psychology, de City University of New York (CUNY) – Graduate School; à bolsa de doutorado sandwich recebida da Co-ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo terceiro autor como parte da formação de Pós-graduação em Psicologia junto ao Department of Psychology, de CUNY. Ademais, agradecemos a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) concedida pela UFRJ para Flávio Vieira Curvello receber formação de iniciação científica durante a realização da pesquisa aqui relatada.

Nesse sentido, um estudo feito na França mostrou que a norma de "internalidade" era mais seguida por alunos que pretendiam agradar aos professores, facilitando suas relações interpessoais entre os mesmos em situações de ensino-aprendizagem em sala de aula (Beauvois & Dubois, 1988). Outro estudo feito no Brasil mostrou que a afirmação da identidade masculina entre colegiais os levava a condutas de agressividade verbal e física, prejudicando a avaliação escolar dos mesmos por parte da professora, que só era modificada em função de resultados acadêmicos (Oliveira, 1995). Uma questão que se coloca é saber quais são os fatores sócio-culturais que levam a diferentes hierarquizações de valores para agradar uma professora e/ou aos colegas em situações escolares, por exemplo. Mais especificamente, estávamos interessados em conhecer os efeitos desses fatores – algumas vezes em competição entre si – sobre a decisão moral.

Sabemos que a construção social de uma personalidade moral pode visar diferentes princípios como o da justiça (Kohlberg, 1992; Piaget, 1932/1994), cuidado do outro (Gilligan, 1982) e assim por diante. Segundo a formulação proposta pelo primeiro autor, apesar de considerar a justiça um princípio moral universal este se confrontaria na prática com pressões de poder de autoridades e do entorno social, na forma de convenções sociais. No caso de Gilligan (1982), como se sabe, ela procurou evidenciar a busca de outros princípios morais por parte da mulher, baseados em cuidado e responsabilidade em relação ao outro, no lugar da busca de autonomia e justiça, tal como preconizado por Piaget e Kohlberg, que seriam segundo a autora mais comum entre homens.

Tratar-se-ia de saber se os conteúdos psicológicos do eu – que são construídos em ambientes internos e externos ao sujeito (Baumeister, 1998, 1999; Owens, 2003; Sedikides & Gregg, 2003), em termos de busca de autonomia, diferenciação e delimitação de fronteiras interindividuais e intergrupais – contribuem ou não para a decisão moral.

Portanto, foram encontrados tanto motivos de manutenção de relação interpessoal, como procurar causar uma boa impressão social mesmo em detrimento da própria saúde individual (Leary, Tchividjian, & Kraxberger, 1994), quanto de preservação de identidade social, como quando alguém defende idéias políticas e religiosas para uma audiência que discorda delas (Wicklund & Gollwitzer, 1982). Nesse sentido, as auto-representações do sujeito em termos de autoconhecimentos e ações empreendidas no passado podem intervir na decisão moral do mesmo, por exemplo, fixando uma auto-imagem de modo mais durável (Jones, Rhodewalt, Berglas, & Skelton, 1981), ou podendo sugerir a reflexão e mudança de rumos individuais (Touraine & Khosrokhavar, 2004).

Outras possibilidades de análise da decisão moral em torno do eixo indivíduo-grupo poderiam ser acrescentadas, como as discussões sobre as interações entre indivíduos inseridos em dinâmicas de grupos de escala maior. Assim, alguns ambientes de confronto e polarização social podem fazer os indivíduos renunciarem a preservar seu ponto de vista pessoal e convergirem para posições coletivas (Moscovici & Doise, 1992), como quando existe competição religiosa e étnica em sociedades como a brasileira, que tem sido palco de conflitos sócio-culturais ao longo dos séculos (Oro & Semán, 1999; Pereira de Queirós, 1969). Contudo, é preciso lembrar que até recentemente os grupos religiosos não católicos preferiram manter-se fora do espaço público no país, sem buscar influência a partir de métodos convencionais baseados em retóricas de poder social, como é o caso dos negros que se reorganizaram após o fim da escravidão em torno de práticas afro-brasileiras às margens das grandes cidades brasileiras (Bastide, 1971). Com o aumento da importância na vida cotidiana do indivíduo autônomo e diferenciado, a opção religiosa passou a ser validada a partir de uma decisão mais complexa em que os aspectos morais têm um papel cada vez maior.

Tem aumentado o interesse a respeito de concepções e práticas sociais sobre o indivíduo em psicologia social sociológica (Farr, 1992). No ambiente sócio-cultural de sociedades ainda parcialmente modernizadas, o indivíduo autônomo e diferenciado tem um espaço e legitimidade bastante reduzidos, sendo freqüentemente apanágio de indivíduos com poderes sobre outros ou pertencentes a grupos dominantes (Canevatti, 1981; Lorenzi-Cioldi, 1988), quer no âmbito da família, quer da sociedade como um todo, prejudicando a oportunidade para a consolidação de conteúdos de representação positivos a respeito do indivíduo em si. Ou seja, em muitos países e regiões do mundo no dia a dia, práticas e idéias sociais a respeito de inserção do indivíduo em situações comuns, sejam coletivas sejam interpessoais, predominam sobre as que levam a vivências individuais, de pensamento e ação. Segundo Arendt (1963/2004), a Revolução Francesa teria se baseado na desconfiança de que o cidadão comum seria um traidor em potencial, levando à adoção de um conceito de Rousseau denominado "vontade geral" acima dos indivíduos, o que não teria impedido a emergência e durabilidade de vários governos centralizadores ao longo da história do mesmo país e de outros que seguiram tais idéias de organização social e política. A autora ainda se referiu a duas tendências importantes na Revolução Francesa. Uma de não cumprimento dos textos fundadores, que foram reformulados várias vezes, levantando certa dúvida sobre

a validade dos contratos sociais e do próprio reconhecimento da "palavra" nas trocas no mesmo país. A outra tendência foi a de sentimentalismo ao dar prioridade valorativa a temas como "*malheureux*".

Segundo o historiador brasileiro Buarque de Holanda (1936/1984), haveria uma busca de relações cordiais no Brasil em detrimento de outras formas de troca e negociação social, no sentido de um apelo sentimental *acima* dos interesses ou de outro critério objetivo e/ou racional. Segundo o mesmo autor, essa ideologia seria de origem católica e teria sido difundida socialmente para tornar as relações sociais primordialmente sem conflito, ou melhor, ela partiria do princípio de que existe primazia de relações baseadas em um denominador comum de afeto/sentimento partilhado, como uma forma de relacionamento nacional básica, como a amizade ou parentesco. Contudo, é preciso dizer que tal ideologia foi preconizada desde a colonização "de cima para baixo" por parte das classes dominantes de identificação católica. Na mesma direção, existiria no Brasil a tendência apontada por antropólogos de que a entidade família estaria acima dos indivíduos (Da Matta, 1987), prejudicando a liberdade de decisão e, por conseguinte de consolidação de princípios como a verdade ou justiça. Tal traço cultural de longa duração histórica em alguns países fez com que o indivíduo estivesse quase sempre sendo encontrado em pessoas com poderes sociais e outros atributos, como carisma ou recursos materiais.

Na sociedade brasileira a autonomia social estaria condicionada não apenas ao poder material e/ou político dos indivíduos/grupos, mas também a outras dimensões como a identificação étnica e religiosa. No Brasil as relações étnicas são costumeiramente reguladas de modo hierarquizado, os brancos-católicos ocupando posições de liderança social, em detrimentos dos demais. Assim, em um estudo anterior verificou-se que as representações sociais do indivíduo giravam em torno de conteúdos sobre o eu-social e, em menor medida, do eu-individual (Souza Filho, Beldarrain-Durandegui, & Scardua, 2005). Ou seja, o primeiro conjunto de conteúdos indicou tendência pronunciada de os jovens se auto-representarem inseridos, tanto em categorias coletivas indiferenciadas e desindividualizadas, quanto em interações interpessoais familiares e de amizade, tendo havido em ambas as situações certa diluição da presença de indivíduos diferenciados e autônomos. No mesmo estudo foi observada mais assertividade individual e interpessoal entre não brancos com escolaridade até o nível secundário, enquanto esses conteúdos estavam mais presentes entre os brancos de nível universitário se comparados aos não-brancos do mesmo nível de escolaridade. Nesse sentido, supomos que os indivíduos deleguem a lideranças as decisões em geral, tais como validar critérios de moralidade, etc. Em conseqüência, caberia à maioria seguir certas palavras de ordem emitidas por lideranças, criando certa inércia social, inclusive no espaço público nas situações sociais de interação.

Tais resultados nos levaram a perguntar sobre as possíveis relações entre as formas de auto-representação e a decisão moral. Acreditamos que a questão da moralidade constitui-se em um dos maiores desafios sócio-psicológicos que a sociedade brasileira tem enfrentado. Assim, as transformações sociais ocorridas na sua história recente levaram a uma urbanização acelerada do país, que não tem sido acompanhada por um processo de desenvolvimento humano em suas várias dimensões. De modo a consolidar a qualidade de vida nas cidades, tem havido busca de alternativas de sobrevivência social, o que tem mergulhado a sociedade em quadros de anomia crescentes, na forma de crime e marginalização. Uma das formas de enfrentar a situação adotada por brasileiros tem sido a religião fora do catolicismo tradicional, com o aumento significativo de membros dos movimentos religiosos pentecostais e espíritas, por exemplo. Mais recentemente, cresceu o número dos que se dizem sem religião – fenômeno que merece mais reflexão.

Nesse sentido, seria bom citar o estudo de Urbina, Biaggio e Vegas (1998), que verificou as relações entre desenvolvimento moral e religião, em que brasileiros e chilenos de várias denominações, incluindo participantes sem religião, foram comparados a partir do modelo teórico de Kohlberg (1992), entre outros. Mencionaríamos entre os resultados alcançados por esta pesquisa, a existência de *scores* mais altos de pensamento pós-convencional entre os sem religião se comparados aos católicos em ambos os países. Este fato revela-se da maior importância para nosso trabalho, uma vez que se trata de uma opção praticamente solitária na sociedade brasileira, tendo em vista o menor número dos que se declaram publicamente como sem religião, possivelmente exigindo fortalecimento psicológico do indivíduo em termos de autonomia, diferenciação, demarcação de fronteiras interindividuais e intergrupais, entre outros conteúdos.

Supomos que a formação moral em termos individuais passe pela construção de um arcabouço que inclui pelo menos quatro eixos principais: eu-individual, eu-interpessoal, eu-grupal e eu-societário ou geral. Ademais, acreditamos que nas situações de encontros sociais e culturais normas sociais, mais ou menos poderosas – no sentido de serem preconizadas por indivíduos e grupos mais numerosos e/ou dominantes na sociedade – possam alterar a importância de cada um dos eixos do

eu mencionados, o que poderia ser intensificado durante uma auto-apresentação social.

Ao mesmo tempo, tem crescido a preocupação na sociedade brasileira sobre o cumprimento de regras estabelecidas para regular a conduta do cidadão, bem como a respeito da consolidação da cidadania, fragilizada em função do modo de o cidadão se relacionar socialmente, tanto no espaço público, quanto fora dele, muitas vezes alheios ou sem exercer seus direitos. Portanto, o objetivo principal deste trabalho foi descrever e explicar de modo sistemático a construção social do eu a partir de auto-representações e verificar suas possíveis relações com a decisão moral. Levantamos a hipótese de que os sujeitos decidem mentir em situações sociais para enfrentar normas que dão legitimidade a autoridades ou grupos exercerem poder de pressão social, levando os primeiros a adotar posturas de afirmação interpessoal *sem explicitação de novas normas*, sendo antes uma forma de auto-afirmação ao nível interpessoal e/ou partilha de poder diante dos últimos em nome de valores supostamente *mais* reconhecidos, como a amizade. No lugar disso, os que decidem dizer a verdade estariam orientados para afirmar valores morais e normas de conduta/pensamento considerados *menos* reconhecidos na sociedade, por terem uma identidade grupal particular, por fazerem parte de redes onde o sujeito pode exercer uma interferência social mais direta, tal como já sugerida por alguns autores (Owens, 2003; Stryker, 1980). Possivelmente, seriam formas de sociabilidade necessárias para substituir as interações sociais anteriores vividas em instituições sociais marcadas por certa cristalização e dificuldade de mudança.

Método

Participantes

Foram 300 estudantes de ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro, sendo que 40,3% eram do sexo masculino e 59,6% do sexo feminino. A média de idade dos participantes foi de 17,07 anos e o desvio padrão 2,49. Ademais, 123 participantes se autodefiniram como brancos e 170 como morenos, conforme lista apresentada, incluindo a possibilidade de se autodefinir como quisesse por extenso. Numa investigação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram comparadas formas de autodefinição étnica através de perguntas abertas e fechadas. Na mesma pesquisa, o termo moreno foi usado para autodesignar-se como "preto", "pardo" e indígena", correspondendo respectivamente a 13,94%, 53,96% e 61,73% da população investigada, enquanto a correspondência de "branco" para autoconsiderar-se como "branco" foi de 91,08% (Schawartman, 2004, p. 104-105).

Instrumento e Procedimento

O instrumento usado para esta pesquisa constou de dois conjuntos de perguntas. O primeiro foi sobre dilemas morais e o segundo sobre as representações do eu e de familiares. Em relação à primeira parte, foram apresentados dois dilemas morais, os quais foram inspirados em instrumento usado por Saltzstein, Roazzi e Dias (2001). Solicitamos aos participantes:

> (a) imagine se o seu/sua melhor amigo/amiga contasse para você que ele/ela estava com medo de não passar na prova que fizeram e que ele/ela colou. Ele/ela pede para você não contar para ninguém e você promete não contar. No dia seguinte, o professor, suspeitando que seu/sua melhor amigo/amiga colou, pergunta pra você se ele/ela colou na prova, o que você deveria fazer? *Contar a verdade* ao professor ou *manter a promessa* ao seu/sua melhor amigo/amiga? E por que?; (b) imagine se os seus colegas de turma estivessem implicando com seu/sua melhor amigo/amiga. Para evitar que isso não se repita, ele/ela mente para os colegas que uma vez ganhou um prêmio num concurso esportivo e ele/ela pede para você não contar para ninguém que isso é mentira e você promete não contar. No dia seguinte, os colegas, suspeitando que seu/sua amigo/amiga mentiu, perguntam a você se seu/sua amigo/amiga mentiu. O que você deveria fazer? *Contar a verdade* aos colegas ou *manter a promessa* feita ao seu/sua melhor amigo/amiga? E por que? Em seguida, pedimos aos participantes que se auto-apresentassem como quisessem. Os questionários foram aplicados em situação coletiva de sala de aula, sendo que foi assegurado o direito de não participar da pesquisa.

Análise de Dados

Os dados foram analisados segundo os princípios de análise de conteúdo. Os temas relativos à auto-apresentação foram organizados segundo dez tipos de respostas descritas, sucintamente, como se segue: temas de *auto-afirmação*, quando o indivíduo apresentou-se a partir de traços de personalidade consensualmente considerados positivos ou neutros ("calmo"; "sou o que sou". "pessoa com muitos objetivos e capaz de alcançá-los", "bonita"), para os quais aparentemente não precisa de outro indivíduo para realizá-los; *autocrítica*, a partir de traços de personalidade negativos e positivos, como se fizesse um balanço ("com defeitos e qualidades"); *autodepreciação*, quando procurou ressaltar os traços negativos de si ("ansiosa"; "feio"; "complicado"); *relação interpessoal afirmativa*, quando procurou apresentar-se em situações de interação em que procura afirmar seus critérios/posições face aos dos outros ("não interessa o que os outros dizem" ou "tenho meus pontos de vista e não admito ser contrariado", "gosto de fazer tudo sozinha"); *relação interpessoal positiva*, quando

se descreveu vivendo situação de convivência em que se faz/sente algo positivo em comum ("uma pessoa dedicada à minha família", "um camarada brincalhão"); *relação interpessoal negativa*, quando se descreveu como vivendo situação de convivência em que procurou de certa maneira boicotar/desfazer a interação sem intuito explícito de valorizar-se ou querer propor algo seu ou de alguém ("mal humorada", "um pouco chata", "bagunceira"); *categorização social*, quando procurou se descrever a partir de categorias demográficas, em geral as usadas pelo IBGE ou por demógrafos ("sou mulher...", "uma adolescente no segundo grau"); *identidade de grupo*, ao descrever-se como fazendo parte de um grupo particular ou marca de identidade ("louro, olhos azuis", "sou filha de Jesus"); *valor moral/ético*, quando descreveu-se a partir de seguimento/cumprimento de valores morais/éticos gerais ("detesto injustiça", "verdadeira", "humildade"); *desvio social*, quando apresentou-se a partir de transgressões/rupturas em relação a conteúdos normativos sociais gerais ("sou muito louca", "não sou responsável com muitas coisas") .

As respostas que obtivemos das decisões morais tomadas foram codificadas em *Contar a Verdade, Manter a Promessa* e *Não decidir*. Em seguida, montamos tabelas de contingência combinando as decisões morais e os temas usados para auto-representar a fim de analisar estatisticamente possíveis associações/dissociações entre representações e decisões morais a partir de testes de *Qui-quadrado*. Trabalhamos com respeito às auto-representações apenas com as quatro primeiras respostas, analisadas comparativamente de modo separado.

Resultados

É preciso dizer que o instrumento foi relativamente bem recebido entre os participantes, mas as respostas foram às vezes irregulares, deixando em branco o item relativo à "situação com colegas". Abaixo apresentamos os principais resultados das análises estatísticas, conforme as Tabelas 1 e 2. Quando houve diferenciação entre as decisões e as representações os resultados foram sublinhados, quando as diferenças foram acima de 25%.

Para fim de análise vamos apresentar os principais resultados apenas das decisões morais de "manter a promessa" e "contar a verdade".

A comparação entre participantes do sexo feminino e masculino indicou que na "situação professor" não houve diferenciação, enquanto na "situação colegas" os do sexo masculino tenderam significantemente a "contar a verdade" (SM=24,7%; SF=10,1%) (χ^2=9,8112; gl=1; p<0,0017) e os do sexo feminino a "não decidir" (SM=4,1%; SF=10,7%) (χ^2=4,2305; gl=1; p<0,0397). Contudo, os resultados não explicam a maior parte das decisões "manter a promessa" que, nas duas situações, giraram em torno de 80% para ambos os sexos. Conforme hipóteses expostas, acreditamos que as decisões morais estejam mais associadas à identificação religiosa e étnica.

Tabela 1
Freqüências e Porcentagens de Temas Usados para Auto-Representação, considerados Separadamente a partir da 1ª., 2ª., 3ª., e 4ª. Respostas, em Relação à Situação com Professora

	1ª. resposta				2a. resposta				3a. resposta				4a. resposta			
	MP		CV		MP		CV		MP		CV		MP		CV	
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%
Auto-Afir.	38	*14,3*	2	9,0	44	18,1	4	20,0	40	20,7	6	*35,2*	29	20,8	3	*27,2*
Autocrítica	4	1,5	0	0	6	2,4	0	0	5	2,5	0	0	2	1,4	0	0
Autodepr.	11	4,1	1	4,5	13	5,3	2	*10,0*	8	4,1	0	0	13	*9,3*	0	0
Rel. In.af.	13	*4,9*	0	0	10	*4,1*	0	0	12	*6,2*	0	0	7	*5,0*	0	0
Rel.In.pos.	141	53,4	10	45,4	96	39,6	8	40,0	88	45,5	7	41,1	48	34,5	4	36,3
Rel.In.neg.	4	1,5	0	0	10	*4,1*	0	0	11	*5,6*	0	0	8	5,7	1	*9,0*
Categ.soc.	33	12,5	4	*18,1*	22	9,0	3	*15,0*	15	7,7	2	*11,7*	12	8,6	2	*18,1*
Id. grupo	2	0,7	2	*9,0*	4	1,6	1	*5,0*	1	0,5	0	0	2	1,4	0	0
Val. moral	17	6,4	3	*13,6*	31	*12,8*	2	10,0	13	6,7	2	*11,7*	13	9,3	1	9,0
Des.social	1	0,3	0	0	6	2,4	0	0		0		0	5	3,5	0	0

Nota. χ^2 (1ª., 2ª., 3ª e 4ª. resposta de auto-representação x decisão moral)= não significativo. χ^2 (teste aderência para todas as colunas analisadas)= p<0,05. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição da 1ª. Resposta, coluna linha 8 e coluna 2, "contar a verdade" associado a identidade de grupo)=10,4923; gl=1; p<0,0012.

A Tabela 1 acima – entre outros resultados que não serão apresentados em função do espaço disponível –, mostra que na Situação Professor o tema identidade de grupo estava mais associado à CV

Tabela 2

Freqüências e Porcentagens de Temas Usados para Auto-Representação, considerados Separadamente da 1ª., 2ª., 3ª. e 4ª. Respostas, em Relação à Situação com Colegas

	1ª. resposta				2a. resposta				3a. resposta				4a. resposta			
	MP		CV		MP		CV		MP		CV		MP		CV	
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%
Auto-afir.	31	13,5	6	12,5	40	18,7	7	17,0	29	17,1	12	*34,2*	27	*22,5*	4	16,6
Autocrítica	4	1,7	0	0	5	2,3	0	0	4	2,3	1	2,8	1	0,8	0	0
Autodepr.	11	*4,8*	1	2,0	11	5,1	3	*7,3*	5	2,9	2	*5,7*	11	*9,1*	1	4,1
Rel.Int.afir	11	*4,8*	1	2,0	9	*4,2*	0	0	10	5,9	2	5,7	7	5,8	1	4,1
Rel.Int.pos	123	53,7	22	45,8	84	*39,4*	11	26,8	87	*51,4*	10	28,5	40	33,3	8	33,3
Rel.Int.neg	4	1,7	0	0	9	4,2	2	4,8	10	*5,9*	0	0	7	5,8	2	*8,3*
Cat. social	28	12,2	9	*18,7*	18	8,4	9	*21,9*	12	7,1	5	*14,2*	10	8,3	5	*20,8*
Iden.grupo	3	1,3	0	0	2	0,9	3	*7,3*	4	2,3	0	0	10	0	3	0
Val. moral	13	5,6	9	*18,7*	29	13,6	6	14,6	8	4,7	3	*8,5*	7	8,3	0	*12,5*
Des.social	1	0,4	0	0	6	2,8	0	0		0		0		*5,8*		0

Nota. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* 1ª. Resposta)= 18,714; gl=9; p<0,0277. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição 1ª. Resposta "contar a verdade" associado a valor moral)=9,2294; gl=1; p<0,0024. χ^2 (teste *Qui-quadrado* partição 2ª. Resposta "contar a verdade" associado a categorias coletivas)=7,3845; gl=1; p<0,0066). χ^2 (teste de *Qui-quadrado* 2ª. Resposta "contar a verdade associado a identidade de grupo)=7,1800; gl=1; p<0,0074). χ^2 (teste de *Qui-quadrado* 3ª resposta "manter a promessa" associado a relação interpessoal positiva)=6,8744; gl=1; p<0,0087. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição 4ª. Resposta "manter a promessa" associado a categoria coletiva)=3,3036; gl=1; p<0,0691.

A Tabela 2, por sua vez, mostra que na Situação Colegas houve tendência estatisticamente significativa de associação entre CV e valor moral (1ª. Resposta); CV e categoria coletiva (2ª. Resposta); CV a identidade de grupo (2ª. Resposta); assim como MP e relação interpessoal positiva (3ª. Resposta); entre outras.

Tabela 3

Freqüências e Porcentagens de Decisões Morais em Relação à Identificação Religiosa, para Ambas as Situações com Professor e Colegas

	Situação com Professor								Situação com os colegas							
	Católico		*Evangélico*		*Espírita*		*Sem religião*		*Católicos*		*Evangélico*		*Espírita*		*Sem religião*	
	F	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*
Manter a promessa	146	90,6	51	79,6	16	94,1	34	97,1	128	*79,5*	42	65,6	14	*82,3*	27	77,1
Contar a verdade	9	5,5	8	*12,5*	1	5,8	0	0	20	12,4	16	*25,0*	3	17,6	6	17,1
Não decidir	6	3,7	5	*7,8*	0	0	1	2,8	13	8,0	6	9,3	0	0	2	5,7
Total	161	0	64	0	17	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota. χ^2 (Católicos x Evangélicos)=5,090; gl=2; p=0,0785. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição "dizer a verdade" e Evangélicos)=3,906; gl=1; p< 0,0481. χ^2 (Católicos x Evangélicos)=5,787; df= 2; p=0,0554. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição "contar a verdade" e Evangélicos)=5,6091; gl=1; p < 0,0179.

Entre os grupos de identificação religiosa comparados, os evangélicos apresentaram as maiores percentagens de "contar a verdade" na situação com a professora. Já na situação com os colegas, os indivíduos com identificações religiosas minoritárias (ou sem identificação) tenderam a "contar a verdade", principalmente os evangélicos.

Tabela 4
Decisão Moral, Identidade Étnica nas Situações Professor e Colegas

	Situação Professor				Situação Colegas			
	Brancos		Morenos		Brancos		Morenos	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Manter a Promessa	109	88,6	148	87,0	94	76,4	130	76,4
Contar a verdade	6	4,8	16	*9,4*	16	13,0	30	*17,6*
Não decidir	8	*6,5*	6	3,5	13	*10,5*	10	5,8

Nota. χ^2 (situação professor)=3,295; gl=2; *p*=0,1925. χ^2 (situação colegas)=2,975; dl=2; *p*=0,2259.

A Tabela 4 acima mostra que nas duas situações houve predominância de Manter a Promessa em proporções quase iguais para ambos os grupos de identificação étnica. Contudo, os morenos tenderam mais destacadamente a Contar a Verdade, enquanto os brancos a Não decidir.

Tabela 5
Decisão Moral, Auto-Representação e Identificação Étnica (Primeira resposta)

	Situação Professor				Situação Colegas			
	Manter promessa		Contar a verdade		Manter promessa		Contar a verdade	
	Brancos	Morenos	Brancos	Morenos	Brancos	Morenos	Brancos	Morenos
	%	%	%	%	%	%	%	%
Auto-afirmação	12,8	*15,5*	0	*12,5*	11,7	*14,6*	12,5	13,3
Autocrítica	0,9	2,0	0	0	1,0	2,3	0	0
Auto-depreciação	2,7	*5,4*	*16,6*	0	3,1	*6,1*	0	3,3
Rel. interp.afirmativa	*4,5*	3,3	0	0	*5,3*	3,8	0	0
Rel. interp. Positiva	56,8	52,0	50,0	43,7	57,4	51,5	*56,2*	40,0
Rel. Interp. negativa	0,9	2,7	0	0	1,0	3,0	0	0
Categorização	*15,5*	8,7	*33,3*	12,5	*12,7*	10,0	*31,2*	13,3
Identidade de grupo	0,9	0,6	0	*12,5*	1,0	1,5	0	3,3
Valor moral	4,5	*8,7*	0	*18,7*	5,3	*6,9*	0	*26,6*
Desvio social	0	0,6	0	0	1,0	0	0	0

Nota. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* situação professor partição "contar a verdade" e auto-depreciação entre brancos)=3,3611; gl=1; *p*<0,0668. χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição situação colegas, "contar a verdade" e valor moral entre morenos)=5,1649; gl=1; *p*<0,0230. Na 2ª. Resposta situação professor, tivemos os seguintes resultados: χ^2 (teste de *Qui-quadrado* partição "manter a promessa" e identidade social morenos)=3,1351; gl=1; *p*<0,0766.

A Tabela 5 acima, indica que na Situação Colegas houve significativa associação entre CV e morenos (1ª. Resposta), em termos de valor moral.

Discussão

A decisão moral do conjunto dos participantes, tanto na situação com professor quanto com colegas, apresentou uma forte convergência social em torno da opção "manter a promessa ao amigo". Contudo, os resultados indicaram a existência de padrões demarcados de auto-representação associados a cada decisão moral, modulados pelo tipo de relação de poder segundo a situação com professor ou colegas. A escolha por "manter promessa a um amigo", esteve mais associada à auto-representação do sujeito em termos de relação interpessoal positiva acompanhada, em menor medida, por relação interpessoal afirmativa, tanto na situação professor quanto colegas. Poderíamos interpretar os resultados dos que optaram por "manter a promessa" como uma estratégia de enfrentamento em relação ao poder acadêmico do professor baseando-se

na legitimidade social do argumento/valor da amizade, que tem forte apoio social, o que permitiria a alguns, em seu nome, até mesmo enfrentar a autoridade escolar e os colegas de modo individual afirmativo direto. Já "contar a verdade", como se sabe, foi desde o início uma opção impopular, menos legítima, favorecendo a busca de outros argumentos, considerados gerais, porém "sacrificados" na situação imediata enfrentada, mesmo de modo simulado. Assim, "contar a verdade" associou-se mais às auto-representações em termos de categorização social e valor moral e, em menor medida, de identidade social. Poderíamos pensar que esta última opção moral se limitou a agradar o professor, mas, como ela foi adotada também na situação com colegas, podemos afirmar que se tratou de uma escolha baseada em princípios valorativos ou normativos sobre o eu mais permanentes, que só ficaram mais explicitados a partir da análise da relação entre decisão moral e identificação étnica e religiosa, conforme comentários que faremos a seguir.

A argumentação de que a "manutenção da promessa a um amigo" se deve a alguma tendência feminina, tal como defendido por Gilligan (1982), não seria explicação suficiente, uma vez que contingentes de ambos os sexos apresentaram praticamente o mesmo montante desses conteúdos, em detrimento do princípio da verdade. Tais resultados foram próximos aos encontrados por um autor que pediu a jovens hierarquizarem valores morais. Ele encontrou destaque para o valor fidelidade, entre outros (La Taille, 2009).

Sabemos que existem dificuldades de internalização de princípios morais mais gerais entre muitos povos, prejudicando a formação moral (Biaggio, 1998). Os resultados que expusemos indicaram que parte dos conteúdos ligados às auto-representações do indivíduo estava associada à escolha de alguns desses princípios morais. Não é nossa intenção fazer aqui uma discussão a respeito de prioridade de um valor moral sobre outro. Contudo, tendo em vista a prevalência quase absoluta na população observada de um sobre o outro, poderíamos dizer que a busca da verdade no formato estudado poderia ser considerada uma postura minoritária, merecendo um aprofundamento. Ou seja, como interpretar em termos psicossociais a existência desses fenômenos?

Boa parte da formação moral na atualidade ocorre em ambientes sociais onde predomina o uso do poder social, nas suas várias formas, prejudicando a internalização de regras e princípios morais a partir de autoconstrução livre. Ademais, aquele itinerário delineado por Piaget e Kohlberg em que o sujeito primeiro aprende as convenções para, em seguida, ganhar autonomia moral tem sido prejudicado por fatores sócio-culturais e políticos históricos, quando cada vez mais se preconiza/pratica no ambiente social, seja o controle social através de vários dispositivos, incluindo a maior severidade de penas, reclamado por muitos, seja o hedonismo individual. Enfim, sabemos que a moralidade da reciprocidade, que é alcançada de modo mais acabado, historicamente, em situações de cooperação entre pares, tem sido prejudicada em várias áreas do mundo. Primeiro, em razão da perda de legitimidade de sistemas de regras para regular a vida social, devido à falta de reconhecimentos mútuos de grupos sócio-culturais em competição. Em seguida, por dificuldades de consolidar processos de educação moral nas várias situações sociais vividas, uma vez que oportunidades de cooperação têm ocorrido mais como formas gregárias de sociabilidade, em que há cancelamento parcial ou total do eu-individual, como o consumo de massa. Outra desvantagem reside no poder e estabilidade de algumas convenções sociais no Brasil, como a de relacionamento interpessoal positivo, que prejudicam a liberdade para que o indivíduo possa avaliar e decidir moralmente, prejudicando a adoção de princípios que impliquem em necessidade de exercer autonomia, diferenciação e demarcação de fronteiras individuais e grupais.

Nesse sentido, historicamente o comportamento político mais freqüente entre cristãos poderia ser definido como de auto-inclusão em categorias coletivas, que são impessoais e sem rumo histórico controlável por parte de um individuo considerado "comum", senão como destino coletivo, eventualmente em busca de lideranças que organizem e comandem o processo de movimentação histórica das mesmas. Com a aceleração da modernidade e processo de competição social, alguns indivíduos/grupos passaram a abandonar essa forma de auto-apresentação social em busca de formas mais individuais de apresentação, que contrastam com aquelas anteriores mais parecidas com certa moralidade social baseada na "humildade", indistinção social, tratadas como virtudes morais. Tal parece ter sido o caso do grupo em nosso estudo que preferiu adotar decisão de "contar a verdade" e, ao mesmo tempo, de se auto-apresentar através de valores morais.

Assim, na investigação aqui relatada houve um entrave na situação entre pares num nível mais interindividual, já que a simulação de promessa era entre amigos, que impediu a possibilidade generalizada (em cerca de 80% da população investigada) de considerar a verdade no espaço público, como se houvesse uma desconfiança em relação às possibilidades de aceitação/reconhecimento nesse ambiente social. Ou seja, acreditamos que essa espetacular tendência de apoiar o amigo diante da autoridade/grupo de pares mostrou mais uma forma de auto-apresentação no sentido de agradabilidade social, que parece ter um peso equivalente ao de nor-

mas sociais gerais, o que indica a prioridade de aspectos morais situacionais. De todo jeito, o índice maior de não decisões na situação com colegas (8,3% quando na situação com professor/a foi de 3,6%) pode ser sinal de certa liberdade e/ou de maior conflito moral vivido pelos participantes diante do dilema enfrentado.

Portanto, as normas sociais mais comuns na sociedade brasileira se refletiriam nas tendências de concentrar suas auto-representações em termos de relações interpessoais positivas, como mencionamos, bem como incluir-se em categorias coletivas demográficas, que são descrições que buscam mostrar indiferenciação, dependência/interdependência entre indivíduos, inexistência de fronteiras sociais a partir de partilha de destinos comuns, tal como preconizado pelo catolicismo. Tais tendências implicam em dificuldades para os indivíduos e grupos minoritários em termos de sobrevivência, pois muitas vezes tratar-se-iam de vivências em ambientes sem garantias para os mesmos face aos sujeitos mais reconhecidos e valorizados. Isso fez com que historicamente surgissem várias iniciativas intermediárias, como novos grupos e identidades sociais, destacando-se no campo religioso os movimentos pentecostais, que alcançaram grandes proporções na sociedade brasileira nos últimos anos, ameaçando a hegemonia dos católicos –, o que tem sido gerador de conflito, sobretudo porque os evangélicos têm assumido historicamente uma postura militante pregadora. Poderíamos dizer que parte da autonomia, diferenciação e delimitação de fronteiras sociais buscada por esses grupos religiosos pentecostais, seria baseada em retórica de valores morais, no sentido de apresentar uma imagem de si associada a princípios morais mais gerais para enfrentar o menor reconhecimento na sociedade. Como este mesmo grupo também apresentou a si mesmo a partir de categorias coletivas, podemos dizer que se trata de uma estratégia de influência social baseada na busca de contraste com as ideologias de base católica existentes no país, que simbolizariam o poder social na atualidade.

Ao mesmo tempo, parece existir no presente a tendência de busca de relacionamentos equitativos, que permitam ampliar possibilidades de negociação com autoridades, implicando em manifestações de "espírito de corpo" ou solidariedade através de valores como amizade, companheirismo, mesmo quando em detrimento de outros valores, como verdade, etc. Historicamente, a participação coletiva em entidades e movimentos sociais tem ocorrido, em parte, devido à regular presença de expectativa de ser conduzido por lideranças ou autoridades. Nesse sentido, certa confirmação dessa tendência foi o surgimento em nossa pesquisa de indivíduos afirmativos (relação interpessoal afirmativa), que exerciam pressão face à professora e colegas, constituindo-se possivelmente em uma forma legítima de enfrentar moralmente os poderes sociais, de cima e de baixo, por assim dizer. Tais iniciativas estiveram mais presentes entre participantes brancos e católicos, possivelmente por serem considerados tacitamente como mais legítimos do que quando manifestados por outros grupos, tal como tem sido a história do Brasil. Contudo, é preciso dizer que, parte da tendência de cristalização e centralização de poderes de lideranças ao longo da história, decorre da existência de fenômenos como culto à personalidade, manutenção de convenções sociais, entre outras formas de imposição/submissão nos vários ambientes sociais, que são favorecidos pela anulação ou não encorajamento psicossocial de indivíduos comuns na sociedade. Em outras palavras, existe tendência de reforçar e reproduzir formas de interação social tradicionais, que valorizam interdependência psicossocial (incluindo emoções, práticas sociais e conhecimentos relacionados) e conformismo, na forma de idealização e manutenção de normas sócio-culturais, que prejudicam a liberdade de pensamento e ação. Em menor medida, observamos que há busca de emancipação sócio-cultural a partir de inserção em novas formas de experiência grupal, que oferecem oportunidade de autonomia e diferenciação sociais na forma de particularização de vivências existenciais.

Enfim, acreditamos que a reconstrução do modelo de moralidade do indivíduo comum na vida social – que tem sofrido pressões e ainda é considerado subordinado à família e aos amigos –, permitirá um tratamento mais adequado de princípios como o da verdade, entre as várias alternativas existentes. Nessa direção, o eu-individual tem passado por transformações importantes, com o aumento de várias atividades relacionadas, tais como escolarização, instrumentação individual, incluindo cuidado com a aparência corporal, maior busca de prazer, etc. Se os valores morais praticados favorecerem a construção de um indivíduo mais autônomo, diferenciado e capaz de manter delimitadas as fronteiras interindividuais e intergrupais, isto poderá ter um impacto na dinamização social e contribuir para um aperfeiçoamento da cidadania na sociedade.

Referências

Arendt, H. (2004). *Sobre la revolución*. Madri, España: Alianza. (Original work published 1963)

Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

Baumeister, R. F. (1998). The self. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., pp. 680-740). New York: The MacGraw-Hill.

Baumeister, R. F. (1999). Self-presentation. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology*. Ann Arbor, MI: Psychology Press.

Beauvois, J-L., & Dubois, N. (1988). The norm of internality in the explanation of psychological events. *European Journal of Social Psychology, 18*(4), 299-316.

Biaggio, A. (1998). Introdução à teoria de julgamento moral de Kohlberg. In M. L. T. Nunes (Ed.), *Moral & TV* (pp. 29-63). Porto Alegre, RS: Evangraf.

Buarque de Holanda, S. (1984). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio. (Original publicado em 1936)

Canevatti, M. (Ed.). (1981). *Dialética do indivíduo*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Da Matta, R. (1987). A família como valor: Considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In A. M. Almeida, M. J. Carneiro, & S. G. de Paula (Eds.), *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade* (pp. 115-136). Rio de Janeiro, RJ: Espaço e Tempo.

Farr, R. M. (1992). Individualism as a collective representation. In V. Aebischer, J-P. Deconchy, & E. M. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et représentations sociales* (pp. 129-143). Fribourg, Switzerland: Del Val.

Gilligan, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory women´s development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Kohlberg, L. (1992). *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao, España: Desclée de Brower.

Jones, E. E., Rhodewalt, F., Berglas, S. C., & Skelton, A. (1981). Effects of strategic self-presentation on subsequent self-esteem. *Journal of Personality and Social Psyhology, 41*, 407-421.

La Taille, Y. (2009). As virtudes segundo os jovens. In Y. La Taille & M. S. S. Menin (Eds.), *Crise de valores ou valores em crise?* (pp. 46-69). Porto Alegre, RS: Artmed.

Leary, M. R., Tchivividjian, L. R., & Kraxberger, B. E. (1994). Self-presentation can be hazardous to your health: Impression management and health risk. *Health Psychology, 13*, 461-470.

Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés: images masculines et féminines*. Grenoble, France: Presses Universitaires de Grenoble.

Moscovici, S., & Doise, W. (1992). *Dissensions & consensus*. Paris: PUF.

Oliveira, I. M. (1995). Preconceito e autoconceito: Identidade e interação em sala de aula. In A. L. B. Smolka & M. C. R. Góes (Eds.), *A linguagem e o outro no espaço escolar*. Campinas, SP: Papirus.

Oro, A. P., & Semán, P. (1999). Neopentecostalismo e conflitos éticos. *Religião & Sociedade, 20*(1), 39-54.

Owens, T. J. (2003). Self and identity. In J. Delamater (Ed.), *Handbook of social psychology* (chap. 9). New York: Kluwer Academic.

Pereira de Queirós, M. I. (1969). *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, SP: Dominus.

Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo, SP: Summus. (Reprinted from *Le jugement moral chez l'enfant*, by J. Piaget, 1932, Paris: Z. Alcan)

Saltzstein, H. D., Roazzi, A., & Dias, M. G. B. B. (2001). *Moral suggestionability in two cultures: Implications for moral development process and culture*. Paper presented at the XXII Annual Meeting of the Jean Piaget Society, Philadelphia, PA.

Sedikides, C., & Gregg, A. P. (2003). Portraits of the self. In M. A Hogg & J. Cooper (Eds.), *The sage handbook of social psychology* (pp. 110-138). London: Sage.

Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas Editora.

Souza Filho, E. A., Beldarrain-Durandegui, A., & Scardua, A. (2005). *Auto-apresentação segundo escolaridade e grupo étnico*. Paper presented at the I Congresso Latino-Americano de Psicologia da União Latino-Americano de Entidades de Psicologia, São Paulo, SP.

Stryker, S. (1980). *Symbolic interactionism: A social structural version*. Menlo Park, CA: Benjamin Cummings.

Touraine, A., & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si: Diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

Urbina, C. I. L., Biaggio, A. M. B., & Vegas, C. (1998). Relações entre julgamento moral pós-convencional, grau de fé, afiliação e participação religiosa. In M. L. Seidl de Moura, J. Correa, & A. Spinillo (Eds.), *Pesquisas brasileiras em psicologia do desenvolvimento* (pp. 36-48). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Wicklund, R. A., & Gollwitzer, P. M. (1982). *Symbolic self-completion*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Received 18/05/2009
Accepted 19/06/2009

Edson Alves de Souza Filho. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Herbert D. Saltzstein. City University of New York, USA.
Anderson Scardua. Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.